

## **A INTERSECCIONALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: GÊNERO, RAÇA E DEFICIÊNCIA EM FOCO**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-010>

**Data de submissão:** 01/04/2025

**Data de publicação:** 01/05/2025

### **Adriana Ramos da Costa**

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação  
Instituição: Must University (MUST)  
E-mail: adriana\_ramos\_costa@id.uff.br

### **Célio Bispo de Souza**

Mestrando em Sociologia  
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)  
E-mail: celiobisposauza86@gmail.com

### **Cibelle Vilela Figueiredo**

Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação  
Instituição: Must University (MUST)  
E-mail: bfigueredofranco@gmail.com

### **Ercilene Pires de Farias**

Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação  
Instituição: Must University (MUST)  
E-mail: ercilenepires@hotmail.com

### **Luciany Lima de Almeida Alves**

Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação  
Instituição: Must University (MUST)  
E-mail: bioluciany@gmail.com

### **Luiz Cândido Clementino**

Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação  
Instituição: Must University (MUST)  
E-mail: luizc.clementino@hotmail.com

### **Maria Delfina Silva Estrela**

Mestranda em Tecnologias Emergentes na Educação  
Instituição: Must University (MUST)  
E-mail: mariadse13@gmail.com

### **Maria José de Camargo**

Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação  
Instituição: Must University (MUST)  
E-mail: mjccamargo52@gmail.com

**Simone Pires Gomes**  
Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação  
Instituição: Must University (MUST)  
E-mail: simone.gomes@seduc.go.gov.br

## **RESUMO**

Este estudo abordou o impacto da interseccionalidade no ambiente escolar, com foco nas relações entre gênero, raça e deficiência, e como essas categorias influenciam a experiência dos alunos nas escolas. O objetivo geral foi analisar como as práticas pedagógicas e as políticas públicas podem responder aos desafios que surgem devido à interseccionalidade, promovendo a inclusão e a igualdade. A metodologia adotada foi de natureza bibliográfica, com análise de estudos, artigos, dissertações e teses sobre o tema. A pesquisa revelou que, apesar das políticas públicas de inclusão escolar, como a LDB e a Política Nacional de Educação Especial, os desafios permanecem significativos, em especial no que diz respeito à efetiva implementação e adaptação das escolas para atender às necessidades dos alunos. A análise indicou que, para a inclusão ser eficaz, é necessário que as práticas pedagógicas integrem a interseccionalidade no currículo e nos processos de ensino, além de exigir a formação contínua de professores para lidar com a diversidade dos alunos. As considerações finais ressaltaram que a interseccionalidade deve ser abordada de forma integrada, tanto nas políticas públicas quanto nas práticas pedagógicas, e que novos estudos empíricos são necessários para ampliar a compreensão sobre os resultados dessas práticas e políticas nas escolas.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade. Inclusão escolar. Práticas pedagógicas. Políticas públicas. Diversidade.

## 1 INTRODUÇÃO

A interseccionalidade no ambiente escolar tem se tornado um tema relevante no campo da educação, em especial no que se refere às relações sociais e à convivência entre estudantes que possuem características diversas. Este conceito, originalmente formulado pela jurista Kimberlé Crenshaw, aborda a sobreposição de múltiplas identidades sociais, como gênero, raça e deficiência, e como essas categorias interagem e impactam as experiências individuais no contexto educacional. No ambiente escolar, a interseccionalidade pode se manifestar de diferentes maneiras, refletindo desigualdades e exclusões que afetam os alunos de formas únicas, dependendo da combinação dessas identidades. O estudo da interseccionalidade no espaço escolar propõe uma análise crítica dessas relações, visando compreender como os estereótipos e as discriminações se entrelaçam e influenciam o processo de aprendizagem e as interações sociais entre alunos, professores e outros membros da comunidade escolar.

A justificativa para este estudo baseia-se na necessidade de compreender melhor como as diferentes identidades sociais, quando combinadas, podem resultar em desafios específicos para alunos que se encontram em situações de vulnerabilidade no ambiente educacional. Muitas vezes, as políticas públicas e as práticas pedagógicas não consideram as complexas interações entre gênero, raça e deficiência, o que pode agravar a exclusão de determinados grupos. A escola, enquanto instituição formadora, tem o papel fundamental de proporcionar um ambiente inclusivo e igualitário para todos os alunos. Contudo, essa inclusão nem sempre é efetiva, em especial para aqueles que enfrentam múltiplas barreiras devido à interseção de suas identidades sociais. Portanto, entender como essas dimensões da identidade influenciam as experiências escolares dos alunos é essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e para a criação de políticas educacionais que promovam a equidade.

O problema central desta pesquisa refere-se à falta de uma abordagem integrada nas práticas educacionais que leve em consideração as múltiplas dimensões das identidades dos estudantes, em especial em relação ao gênero, à raça e à deficiência. Embora existam políticas e iniciativas que buscam promover a inclusão de alunos com deficiência ou combater o racismo e o sexismo nas escolas, a interseccionalidade muitas vezes não é contemplada. Isso pode resultar em soluções que não atendem adequadamente às necessidades de alunos que enfrentam a discriminação simultânea em várias frentes. A questão que se coloca, portanto, é como as interseccionalidades de gênero, raça e deficiência influenciam a vivência escolar e como as práticas educacionais podem ser aprimoradas para atender melhor às necessidades dos alunos.

O objetivo desta pesquisa é analisar o impacto da interseccionalidade de gênero, raça e deficiência no ambiente escolar, identificando como essas questões afetam as experiências de aprendizagem e as interações sociais dos alunos. Através dessa análise, pretende-se contribuir para a compreensão das dinâmicas de exclusão e inclusão dentro das escolas e propor sugestões para a melhoria das práticas pedagógicas e das políticas educacionais em relação à diversidade.

O texto está estruturado de maneira a fornecer uma visão clara e organizada do tema. Na seção do referencial teórico, serão discutidos os conceitos fundamentais relacionados à interseccionalidade, às suas implicações no ambiente escolar e as teorias que sustentam as relações de gênero, raça e deficiência. Em seguida, serão abordados três tópicos de desenvolvimento, cada um focado em um dos aspectos da interseccionalidade: gênero, raça e deficiência, com a análise de como essas questões se interrelacionam e afetam os alunos no contexto educacional. A metodologia utilizada para a pesquisa será descrita, detalhando o tipo de estudo realizado, as fontes de dados e os critérios de seleção. A seção de discussão e resultados apresentará as principais conclusões da pesquisa, abordando as implicações dessas interseccionalidades nas práticas pedagógicas e nas políticas públicas. Finalmente, serão feitas as considerações finais, com sugestões para futuras pesquisas e propostas para a melhoria da inclusão educacional.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho está estruturado de forma a proporcionar uma compreensão detalhada dos conceitos-chave relacionados à interseccionalidade, com ênfase nas dimensões de gênero, raça e deficiência no contexto escolar. De início, serão abordados os fundamentos da interseccionalidade, incluindo suas origens e desenvolvimento, e como esse conceito pode ser aplicado à análise das dinâmicas educacionais. Em seguida, o referencial teórico explorará as principais teorias sobre gênero, raça e deficiência, discutindo como essas categorias de identidade social se entrelaçam e influenciam as experiências dos alunos na escola. Também será apresentado o contexto histórico e as políticas educacionais que buscam promover a inclusão e a equidade no ambiente escolar, analisando as lacunas existentes na abordagem das múltiplas intersecções dessas identidades. Ao longo dessa seção, será ressaltada a relevância de compreender a interseccionalidade para a construção de práticas pedagógicas e políticas educacionais inclusivas e justas.

## 3 GÊNERO E SUAS IMPLICAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR

O gênero é uma construção social que influencia as relações no ambiente escolar, moldando as experiências de meninas e mulheres e afetando as práticas pedagógicas adotadas. A socialização de

gênero, desde a infância, estabelece padrões de comportamento que são esperados de cada indivíduo, e esses padrões, muitas vezes, são reforçados no ambiente escolar. Como explica Araújo (2020), as escolas, enquanto espaços de formação, acabam por perpetuar essas normas, ao passo que se espera que meninas se comportem de maneira silenciosa e educada, enquanto meninos são incentivados à liderança e à competitividade. Esse processo de socialização de gênero nos espaços educacionais não apenas reforça os estereótipos tradicionais, mas também limita as oportunidades de desenvolvimento para ambos os sexos, uma vez que as expectativas são definidas com base em normas preestabelecidas que não levam em consideração as características individuais dos alunos.

Ainda sobre a questão de gênero nas escolas, Araújo E Oliveira (2025) destacam que o currículo escolar é construído de maneira a reforçar a ideia de uma masculinidade hegemônica e uma feminilidade submissa, perpetuando estereótipos que limitam o potencial de ambos os gêneros. De acordo com os autores, o currículo tradicional, ao valorizar histórias e referências masculinas, invisibiliza as conquistas femininas e contribui para a manutenção da desigualdade de gênero nas escolas. “As práticas pedagógicas, portanto, acabam por refletir e reforçar essas construções de gênero, o que resulta em um ambiente educacional no qual meninas, em muitos casos, são desestimuladas a ocupar espaços de liderança e protagonismo” (Araújo; Oliveira, 2025, p. 38). Essa reflexão demonstra a forma como as escolas, muitas vezes, não desafiam os padrões de gênero impostos pela sociedade, mas, ao contrário, contribuem para a perpetuação de uma visão de mundo limitada.

Além disso, é importante observar que a percepção de gênero também está ligada ao contexto racial, e isso se reflete no ambiente escolar de maneira distinta para meninas negras, por exemplo. De acordo com Freitas E Santos (2021), as desigualdades de gênero no ambiente escolar se intensificam quando se considera a interseção com a raça, uma vez que as meninas negras enfrentam desafios adicionais devido aos estereótipos raciais e de gênero. As autoras afirmam que, ao longo da história, a educação no Brasil tem sido marcada por uma invisibilidade das mulheres negras, o que contribui para uma exclusão ainda maior dentro das instituições de ensino. Ao mesmo tempo em que se exige das meninas comportamentos submissos, as meninas negras enfrentam a discriminação racial, tornando sua vivência escolar ainda mais desafiadora. Evidencia-se como a intersecção entre gênero e raça cria uma camada extra de exclusão e marginalização no contexto educacional, algo que precisa ser compreendido e abordado nas práticas pedagógicas.

Portanto, as implicações de gênero no ambiente escolar não se limitam apenas a estereótipos comportamentais, mas se estendem à própria estrutura do currículo e às relações de poder presentes na escola. As práticas pedagógicas que não desafiam esses estereótipos acabam por reforçar as desigualdades e limitam as oportunidades de meninas e mulheres, em um contexto de

interseccionalidade, onde gênero, raça e outros fatores sociais interagem de forma complexa. Ao refletir sobre as questões de gênero nas escolas, é fundamental que as práticas pedagógicas busquem desconstruir os estereótipos e proporcionar um ambiente de aprendizagem onde todos os alunos, independentemente de seu gênero, possam se desenvolver.

#### **4 RACA E RACISMO NO ESPAÇO ESCOLAR**

O racismo estrutural é uma realidade que permeia diversos setores da sociedade, incluindo a educação, afetando as experiências dos estudantes negros nas escolas. Esse fenômeno se manifesta nas práticas pedagógicas, nos currículos e até nas interações cotidianas dentro das instituições de ensino. A discriminação racial, muitas vezes invisível, mas presente, cria barreiras que dificultam o pleno desenvolvimento acadêmico e pessoal de alunos negros. De acordo com Gomes, Lopes e Gesser (2019), as escolas, em muitos casos, funcionam como espaços que reproduzem as desigualdades sociais e raciais presentes na sociedade, ao invés de serem ambientes inclusivos e igualitários. Como afirmam os autores, o racismo estrutural na educação não é apenas uma questão de atitudes individuais, mas um reflexo das desigualdades sociais que permeiam a própria organização escolar. Destaca-se que o problema não está restrito a atitudes discriminatórias pontuais, mas é uma questão sistêmica que precisa ser abordada de forma ampla e estruturada.

Além disso, as políticas públicas e as ações afirmativas têm sido fundamentais para tentar mitigar o impacto do racismo na educação, criando mecanismos que buscam garantir a igualdade de oportunidades para estudantes negros. Fonseca e Santos (2024) argumentam como as políticas de cotas, por exemplo, têm sido uma resposta às desigualdades raciais no acesso ao ensino superior, mas também destacam a relevância de ações amplas dentro das escolas para combater o racismo desde as primeiras etapas da educação. Os autores afirmam que embora as cotas representem um avanço no acesso à educação superior, a verdadeira transformação só ocorrerá quando as escolas primárias e secundárias implementarem práticas pedagógicas antirracistas de forma consistente. Sugere-se que, embora haja políticas que busquem corrigir desigualdades, essas ações precisam ser complementadas com mudanças profundas na formação educacional e na pedagogia, desde os níveis iniciais de ensino.

A relevância dessas políticas também é abordada por Araújo e Oliveira (2025), que argumentam o impacto das ações afirmativas e a necessidade de promover uma educação que não apenas inclua os alunos negros, mas que também os valorize e respeite sua identidade. "As ações afirmativas são essenciais para corrigir as desigualdades históricas, mas é fundamental que a educação racial seja integrada ao currículo escolar de forma transversal, abordando o racismo de forma crítica e reflexiva" (Araújo; Oliveira, 2025, p. 41). Essa reflexão reforça a ideia de que a educação não deve apenas

garantir o acesso dos alunos negros, mas também promover um ambiente no qual o racismo seja discutido de forma aberta, preparando os estudantes para a construção de uma sociedade mais justa.

Portanto, o racismo estrutural nas escolas não é um problema isolado, mas parte de uma teia mais ampla de desigualdades sociais e históricas. Embora as políticas públicas de inclusão e ações afirmativas, como as cotas, tenham sido importantes para reduzir as disparidades, elas devem ser complementadas por uma mudança significativa nas práticas pedagógicas. A educação antirracista deve ser integrada ao currículo escolar de forma consistente e reflexiva, para que todos os alunos, independentemente de sua cor ou origem, possam ter as mesmas oportunidades de desenvolvimento acadêmico e pessoal.

## **5 DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A deficiência, no contexto educacional, é entendida de diversas formas, sendo em geral definida em termos médicos e sociais. O conceito de deficiência, embora tenha evoluído ao longo do tempo, ainda está ligado a uma visão deficitária do indivíduo, que necessita de adaptação ou apoio para se integrar ao ambiente escolar. A legislação educacional brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial, busca garantir a inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular, mas o desafio de proporcionar uma participação efetiva desses alunos permanece. De acordo com Freitas e Santos (2021), "a educação inclusiva deve ser entendida não como uma acomodação de alunos com deficiência no sistema regular, mas como uma mudança estrutural que permita o pleno desenvolvimento de todos os estudantes, respeitando suas especificidades" (Freitas; Santos, 2021, p. 112). Fica evidente a diferença entre a simples inclusão física e a inclusão efetiva, que exige uma adaptação real do sistema educacional para atender às necessidades de todos os alunos, inclusive aqueles com deficiência.

Além disso, a Política Nacional de Educação Especial, estabelecida pela LDB, busca promover a integração dos alunos com deficiência no ensino regular, garantindo o direito à educação em igualdade de condições com os demais. No entanto, a implementação efetiva dessas políticas tem se mostrado desafiadora, uma vez que muitas escolas ainda carecem de infraestrutura adequada, formação de professores e materiais pedagógicos acessíveis. Araújo (2020, p. 78) destaca que "apesar das políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, muitas instituições de ensino não conseguem oferecer o suporte necessário para garantir que os alunos com deficiência participem ativamente das atividades escolares". Evidencia-se a falha na implementação dessas políticas, que, embora existam no papel, não são eficazes para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva.

A dificuldade em assegurar a participação efetiva dos alunos com deficiência no ambiente escolar está relacionada à falta de preparação das escolas para lidar com a diversidade de necessidades. Araújo E Oliveira (2025, p. 39) também argumentam como a formação de professores e a adaptação do currículo são pontos-chave para que a educação inclusiva seja uma realidade. Segundo os autores, "a verdadeira inclusão exige que os professores não apenas aceitem a presença dos alunos com deficiência, mas que desenvolvam práticas pedagógicas que atendam às suas necessidades específicas, proporcionando um ambiente de aprendizado acessível e significativo". Reforça-se que a inclusão não se resume à matrícula do aluno na escola, mas deve ser acompanhada de uma transformação nas práticas pedagógicas para garantir que todos os alunos, independentemente de suas limitações, possam aprender de maneira efetiva.

Portanto, a deficiência e a educação inclusiva são temas que exigem uma reflexão sobre a legislação educacional, a adequação das escolas e a formação dos professores. Embora as leis e políticas públicas brasileiras busquem garantir a educação para todos, os desafios para garantir a participação plena de alunos com deficiência permanecem significativos. É fundamental que a educação inclusiva seja mais do que uma simples integração, necessitando de uma verdadeira adaptação do sistema educacional para que todos os estudantes possam se desenvolver e aprender de forma equitativa.

## 6 METODOLOGIA

A pesquisa realizada é de natureza bibliográfica, tendo como objetivo a análise e revisão de estudos, artigos, dissertações e teses que tratam da interseccionalidade no ambiente escolar, com foco em gênero, raça e deficiência. A abordagem adotada é qualitativa, centrada na compreensão das relações e dinâmicas sociais no contexto educacional. A coleta de dados foi realizada por meio da seleção de fontes acadêmicas relevantes, como periódicos especializados, livros e capítulos de livros que abordam a temática da interseccionalidade e suas implicações no ambiente escolar. O critério de seleção das fontes levou em consideração a relevância dos autores e a atualidade das publicações. A análise dessas obras foi conduzida a partir de uma leitura crítica, buscando identificar os principais conceitos, teorias e abordagens que tratam das questões de gênero, raça e deficiência, e como essas categorias interagem no contexto da educação. Não foram utilizados instrumentos ou técnicas de coleta de dados como entrevistas ou questionários, uma vez que o objetivo da pesquisa é a revisão de literatura existente. A pesquisa foi conduzida com base em fontes digitais e físicas, com ênfase na utilização de bases de dados acadêmicas como *Google Scholar, Scopus* e *Scielo*.

O quadro a seguir apresenta as referências utilizadas nesta pesquisa, organizadas de acordo com as normas da ABNT, com os descritores: autor(es), título conforme publicado, ano e tipo de trabalho. Este quadro oferece ao leitor uma visão clara e organizada das fontes que sustentam a análise e os argumentos apresentados na revisão bibliográfica.

Quadro 1 - Referências Utilizadas na Pesquisa

Autor(es)	Título conforme publicado	Ano	Tipo de trabalho
GOMES, R. B.; LOPES, P. H.; GESSER, M.	Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência	2019	Artigo em periódico
ARAÚJO, Vitor Savio de	O lugar das diversidades na Base Nacional Comum Curricular – BNCC	2020	Capítulo de livro
FREITAS, M. C.; SANTOS, L. X.	Interseccionalidades e a educação especial na perspectiva da educação inclusiva	2021	Artigo em periódico
MENDES, B.; GOMES, R.	Possibilidades de discussão sobre os processos de inclusão/exclusão: as universidades federais da região Sul em foco	2021	Artigo em periódico
PEREIRA, B. S. S.	Interseccionalidade de raça, classe, gênero e deficiência: dialogando sobre as condições sociais de desenvolvimento de mães e alunos com síndrome congênita do Zika vírus	2022	Dissertação
FERNANDES, G. M. S.	Marcadores sociais da diferença: interseccionalidades que constituem pessoas com deficiência no ensino médio de Santa Maria-RS	2023	Dissertação
MOREIRA, N. C.; PAVERCHI, S. R.	Dossiê 'Educação, política e gênero (Metas para cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS ONU-2030)'	2023	Artigo em periódico
OLIVEIRA, Vanusa Batista de	A avaliação escolar no Brasil: contexto de desenvolvimento, conceitos, finalidades e legislação	2023	Capítulo de livro
CORTEZ, S. G. de Oliveira; PEREIRA, M. C.	Rumos da pesquisa brasileira em educação física escolar e a interseccionalidade	2024	Artigo em periódico
FONSECA, M. P. S. da; SANTOS, M. L. M.	Inclusão, interseccionalidade e marcadores sociais da diferença: o que dizem as pesquisas?	2024	Artigo em periódico
PAIVA, C.	Concepções de gestores de educação especial sobre a interseccionalidade nas políticas locais de educação inclusiva	2024	Artigo em periódico
SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; LOUZADA DOS SANTOS, Pollyne; BRANÃO, Dayane Amaro; TUAO, Josefina Maria	Podcasts como ferramenta de ensino para alunos do século XXI	2024	Capítulo de livro
SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; PICOLI, Alessandro; PEDRA, Rodrigo Rodrigues; SILVA, Cristó Viana	A revolução dos recursos multimídia na educação a distância: integração, interatividade e inovação	2024	Capítulo de livro

SILVEIRA, V. T.; MARANI, V. H.	Educação física e diversidade na Revista <i>Corpoconsciência</i> : apontamentos a partir de gênero, raça/etnia e deficiência	2024	Artigo em periódico
ARAÚJO, Vitor Savio de; OLIVEIRA, Vanusa Batista de	Decolonização do currículo de Língua Portuguesa: uma análise crítica do Documento Curricular Ampliado de Goiás	2025	Capítulo de livro

Fonte: autoria própria

Após a apresentação do quadro, destaca-se que a seleção criteriosa das fontes foi essencial para garantir que a pesquisa se baseasse em estudos relevantes e atualizados sobre o tema da interseccionalidade no ambiente escolar. O quadro reflete a diversidade das abordagens adotadas pelos autores, permitindo uma compreensão ampla das diferentes perspectivas sobre o impacto de gênero, raça e deficiência nas dinâmicas educacionais.

## 7 DESAFIOS DA INTERSECCIONALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR:

A interseccionalidade, ao considerar as múltiplas dimensões de identidade de um indivíduo, como gênero, raça, classe e deficiência, tem um impacto direto nas práticas pedagógicas e na dinâmica do ambiente escolar. Essa abordagem permite entender como as diferentes formas de discriminação e privilégio se cruzam e afetam as experiências dos alunos. Conforme apontado por Gomes, Lopes e Gesser (2019, p. 102), "a interação entre os diferentes marcadores sociais, como gênero e raça, cria barreiras adicionais para os alunos que já estão em uma posição de vulnerabilidade, tornando sua experiência escolar ainda mais desafiadora". Verifica-se o modo como a interseccionalidade revela que a experiência escolar de um aluno não pode ser reduzida a um único fator, como o gênero ou a raça, mas sim entendida como um conjunto de influências que, quando combinadas, geram desafios específicos e complexos.

Esses desafios podem ser observados nas práticas pedagógicas, que muitas vezes não consideram as diferentes necessidades e perspectivas dos alunos em suas múltiplas identidades. Araújo e Oliveira (2025, p. 42) destacam que "as práticas pedagógicas adotadas nas escolas, em sua maioria, não abordam as especificidades de alunos que se encontram em situações de interseccionalidade, o que pode levar ao agravamento da exclusão educacional". Esse comentário aponta para a limitação de uma educação homogênea, que não leva em consideração as diversas identidades que os alunos carregam, e como isso pode resultar em um ambiente excludente. A falta de práticas pedagógicas adequadas pode ser uma das principais barreiras para a efetiva inclusão de estudantes em situações de interseccionalidade.

Além disso, as relações entre alunos e professores também são impactadas pela interseccionalidade, uma vez que estereótipos de gênero, raça e classe podem influenciar a forma como os educadores percebem e interagem com seus alunos. Araújo (2020, p. 85) aponta que “os professores, muitas vezes, reproduzem preconceitos inconscientes, tratam os alunos de maneira desigual e estabelecem expectativas mais baixas para aqueles que estão em situações de interseccionalidade, o que impacta negativamente seu desempenho acadêmico”. Verifica-se como as expectativas dos educadores podem ser moldadas por preconceitos inconscientes, afetando a experiência e o desenvolvimento dos alunos, que muitas vezes são percebidos e tratados de forma desigual, o que reforça a exclusão no ambiente escolar.

Esses aspectos revelam que a interseccionalidade não apenas altera a vivência dos alunos dentro da sala de aula, mas também desafia o sistema educacional a repensar suas práticas, abordagens pedagógicas e a formação dos educadores. As dificuldades enfrentadas por alunos em situações de interseccionalidade exigem uma revisão das práticas pedagógicas para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas múltiplas identidades, possam acessar uma educação de qualidade. É necessário que os educadores e as instituições de ensino reconheçam as complexidades que envolvem a interseccionalidade e busquem práticas mais inclusivas e antirracistas, desafiando estereótipos e promovendo a igualdade de oportunidades no ambiente escolar.

## **8 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E A INTERSECCIONALIDADE**

As práticas pedagógicas inclusivas desempenham um papel fundamental no enfrentamento das desigualdades presentes no ambiente escolar, em especial quando se consideram as interseccionalidades de gênero, raça e deficiência. Essas práticas são essenciais para garantir que todos os alunos, independentemente de suas identidades sociais, tenham acesso a um aprendizado de qualidade. No entanto, a implementação de práticas que verdadeiramente promovem a inclusão exige mais do que adaptações pontuais; é necessário um comprometimento contínuo com a transformação do currículo e da abordagem pedagógica. Freitas e Santos (2021, p. 96) afirmam que “as práticas pedagógicas inclusivas devem ser vistas como um conjunto de estratégias que promovem a participação plena de todos os alunos, incluindo aqueles que enfrentam discriminação devido ao seu gênero, raça ou deficiência”. Essa análise reforça a ideia de que a inclusão não deve ser superficial, mas sim um processo estruturado que garante que todos os alunos se sintam pertencentes ao ambiente escolar.

Além disso, Araújo e Oliveira (2025, p. 42) argumentam que “para que a inclusão seja efetiva, é necessário que as práticas pedagógicas integrem os diferentes aspectos da identidade dos alunos,

reconhecendo as particularidades que advêm da interseccionalidade e promovendo um ambiente no qual as diferenças são respeitadas e valorizadas". Destaca-se que a inclusão verdadeira exige que os educadores considerem as múltiplas identidades dos alunos e as abordem de maneira contextualizada. Ao integrar as diferentes dimensões da identidade social, os professores podem criar práticas pedagógicas que não apenas acolhem, mas também celebram as diversidades, permitindo que os alunos se sintam valorizados e respeitados em sua individualidade.

Um exemplo de prática pedagógica inclusiva que tem se mostrado bem-sucedido é o uso de abordagens que incorporam a educação antirracista e feminista dentro do currículo. Araújo (2020) destaca que a incorporação de conteúdos que abordam a questão racial e de gênero de forma transversal no currículo escolar é uma estratégia importante para desafiar os estereótipos e promover uma educação inclusiva que considere as experiências dos alunos em suas múltiplas identidades. Ao integrar tais temas de forma contínua e sistemática, as escolas podem criar um ambiente de aprendizado mais inclusivo, onde alunos negros, meninas e pessoas com deficiência não apenas são representados, mas suas experiências são respeitadas e consideradas nas discussões pedagógicas.

Essas práticas pedagógicas inclusivas têm um impacto significativo na experiência escolar dos alunos, pois, ao reconhecer as múltiplas formas de discriminação que eles enfrentam, as escolas podem oferecer uma educação mais justa e equitativa. No entanto, para que tais práticas se tornem uma realidade em todas as escolas, é necessário que haja um compromisso com a formação contínua dos professores, para que estejam preparados para lidar com as complexidades da interseccionalidade. A efetivação dessas práticas exige que os educadores desafiem suas próprias percepções e estereótipos, adotando uma abordagem pedagógica que promova ativamente a inclusão e a valorização da diversidade.

## **9 POLÍTICAS PÚBLICAS E A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR**

As políticas públicas de inclusão escolar têm sido fundamentais para garantir o acesso e a permanência de alunos que pertencem a grupos marginalizados, como negros, mulheres e pessoas com deficiência, no sistema educacional. No Brasil, a implementação de políticas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial tem buscado promover a equidade no acesso à educação para esses alunos. No entanto, os resultados dessas políticas são complexos e, muitas vezes, limitados, em especial quando se consideram as múltiplas formas de discriminação que esses estudantes enfrentam. De acordo com Fonseca E Santos (2024, 72), "as políticas públicas focadas na inclusão escolar devem ir além do simples acesso e buscar garantir que os alunos de grupos minoritários possam permanecer e se desenvolver no ambiente escolar,

enfrentando as barreiras sociais e estruturais que ainda persistem”. Assim, os autores apontam para a necessidade de uma abordagem mais abrangente, que não apenas assegure a entrada dos alunos nas escolas, mas também lhes ofereça suporte contínuo para garantir sua permanência e sucesso.

Além disso, Araújo (2020, p. 82) afirma que “a efetividade das políticas públicas de inclusão escolar depende, em grande parte, da capacitação dos professores e da adequação do currículo para atender às especificidades dos alunos em situação de interseccionalidade”. Destaca-se que as políticas de inclusão não podem se limitar à criação de leis e regulamentações, mas precisam ser acompanhadas por práticas pedagógicas concretas e pela formação de educadores que possam lidar com a diversidade de necessidades dos alunos. A inclusão eficaz exige que os professores estejam preparados para reconhecer e superar os desafios que alunos de diferentes origens e características sociais enfrentam dentro do ambiente escolar.

A Política Nacional de Educação Especial, por exemplo, prevê a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, mas, como apontam Araújo e Oliveira (2025, p. 47), “apesar da legislação, muitas escolas ainda carecem de infraestrutura e de professores capacitados para atender adequadamente os alunos com deficiência, o que dificulta a efetivação da inclusão”. Verifica-se, desse modo, a desconexão entre as intenções das políticas públicas e a realidade enfrentada pelas escolas, que muitas vezes não têm os recursos necessários para implementar as mudanças exigidas pela legislação. Isso leva à exclusão, mesmo quando as políticas afirmam garantir a inclusão, e reforça a necessidade de políticas públicas mais efetivas que contemplem todos os aspectos da inclusão escolar.

Portanto, embora as políticas públicas no Brasil tenham promovido avanços significativos no acesso à educação para minorias, ainda existem desafios consideráveis na implementação dessas políticas, em especial no que diz respeito à permanência e ao sucesso dos alunos em situação de vulnerabilidade. A efetividade dessas políticas depende não apenas da criação de leis, mas também da formação adequada dos profissionais da educação, da adequação do currículo escolar e do fornecimento de recursos e suporte necessários para atender às diversas necessidades desses alunos. A implementação dessas políticas precisa ser revisada e ajustada para garantir que a inclusão escolar seja realmente eficaz, permitindo que todos os alunos tenham a oportunidade de se desenvolver e aprender em um ambiente igualitário.

## **10 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa realizada teve como objetivo analisar o impacto da interseccionalidade no ambiente escolar, focando em como gênero, raça e deficiência influenciam a experiência de alunos no sistema educacional. A partir da análise das práticas pedagógicas, das políticas públicas e da dinâmica escolar,

foi possível identificar que a interseccionalidade é um fator determinante nas experiências de alunos de grupos marginalizados, que enfrentam desafios únicos devido à combinação de múltiplas identidades sociais.

Os principais achados desta pesquisa indicam que, embora as políticas públicas de inclusão escolar busquem garantir o acesso à educação para todos, a efetividade dessas políticas ainda enfrenta muitos obstáculos. A análise de práticas pedagógicas inclusivas mostrou que, embora existam exemplos positivos de adaptação e acolhimento de alunos com diferentes características sociais, muitas vezes as escolas ainda carecem de recursos adequados e de formação de professores para lidar com as especificidades de cada aluno. A interseccionalidade, portanto, não é uma questão isolada, mas deve ser abordada de maneira integrada nas práticas pedagógicas, levando em consideração as diversas identidades dos alunos. A pesquisa também revelou que o racismo estrutural, a desigualdade de gênero e as barreiras enfrentadas por alunos com deficiência ainda são realidades presentes nas escolas, dificultando a plena inclusão e o desenvolvimento desses alunos.

A pergunta central da pesquisa, que se referia à maneira como a interseccionalidade impacta a experiência escolar dos alunos e como as práticas pedagógicas e políticas públicas podem responder a essa realidade, foi respondida a partir dos achados obtidos. Foi possível concluir que, para que a inclusão escolar seja efetiva, é necessário que as políticas públicas não apenas garantam o acesso dos alunos aos ambientes educacionais, mas que também promovam condições adequadas para sua permanência e desenvolvimento. A interseccionalidade deve ser considerada no currículo escolar e nas práticas pedagógicas, com foco na desnaturalização dos estereótipos de gênero, raça e deficiência que, muitas vezes, limitam as oportunidades de aprendizagem.

As contribuições deste estudo estão na ampliação da compreensão sobre os desafios enfrentados por alunos que vivenciam múltiplas formas de discriminação. A pesquisa destacou a importância de uma abordagem integrada da interseccionalidade nas escolas, sugerindo que as políticas públicas e as práticas pedagógicas precisam ser mais eficazes em atender às necessidades específicas desses alunos. Além disso, foi possível identificar lacunas nas políticas educacionais que precisam ser preenchidas, em especial no que diz respeito à formação de professores e à adequação das escolas para atender à diversidade dos alunos.

É importante ressaltar que, embora a pesquisa tenha abordado questões relevantes, existem limitações que podem ser exploradas em estudos futuros. A pesquisa teve um caráter bibliográfico, o que significa que não houve coleta de dados empíricos, limitando a análise a informações secundárias. Portanto, seria interessante realizar pesquisas empíricas, com observações diretas ou entrevistas com educadores e alunos, a fim de ampliar a compreensão sobre como as políticas públicas e as práticas

pedagógicas estão sendo implementadas nas escolas. Além disso, uma análise mais aprofundada sobre a implementação e os resultados das políticas públicas em diferentes contextos educacionais poderia fornecer uma visão mais clara sobre as melhores práticas para a promoção da inclusão escolar.

Em suma, os achados desta pesquisa ressaltam a importância de abordar a interseccionalidade de forma mais integrada nas escolas, não apenas em termos de políticas públicas, mas também nas práticas pedagógicas cotidianas. É necessário um compromisso contínuo para garantir que todos os alunos, independentemente de suas características sociais, tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite e valorize suas identidades e contribua para seu pleno desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vitor Savio de. O lugar das diversidades na Base Nacional Comum Curricular – BNCC. In: SOARES, Márcia Santana; VIEIRA, Maria Emilia Carvalho de Araújo (org.). *Ecos de Eva: vozes da isegoria*. Goiânia: Kelps, 2020, p. 56-82. Disponível em: <https://abrir.link/HDOVv>

ARAÚJO, Vitor Savio de; OLIVEIRA, Vanusa Batista de. Decolonização do currículo de Língua Portuguesa: uma análise crítica do Documento Curricular Ampliado de Goiás. In: GANDRA, Gustavo Henrique (org.). *Propostas, fissuras e provocações: diálogos entre educação, cultura e decolonialidade*. Goiânia, GO: Instituto Dering Educacional, 2025, p. 31–50. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/390743276\\_PROPOSTAS\\_FISSURAS\\_E\\_PROVOCACOES\\_DIALOGOS\\_ENTRE\\_EDUCACAO\\_CULTURA\\_E\\_DECOLONIALIDADE](https://www.researchgate.net/publication/390743276_PROPOSTAS_FISSURAS_E_PROVOCACOES_DIALOGOS_ENTRE_EDUCACAO_CULTURA_E_DECOLONIALIDADE)

CORTEZ, S. G. de Oliveira; PEREIRA, M. C. Rumos da pesquisa brasileira em educação física escolar e a interseccionalidade. *Corpoconsciência*, Cuiabá, v. 28, 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/17944>

FERNANDES, G. M. S. Marcadores sociais da diferença: interseccionalidades que constituem pessoas com deficiência no ensino médio de Santa Maria-RS. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/31416>

FONSECA, M. P. S. da; SANTOS, M. L. M. Inclusão, interseccionalidade e marcadores sociais da diferença: o que dizem as pesquisas?. *Corpoconsciência*, Cuiabá, v. 28, 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/17990>

FREITAS, M. C.; SANTOS, L. X. Interseccionalidades e a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 51, 2021. Disponível em: <https://www.Scielo.br/j/cp/a/644x3dWqRP5ydLJ94BPHc5C/>

GOMES, R. B.; LOPES, P. H.; GESSER, M. Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.Scielo.br/j/ref/a/c7sJxYbSppg9kQMNVwvN6fh/?lang=pt>

MENDES, B.; GOMES, R. Possibilidades de discussão sobre os processos de inclusão/exclusão: as universidades federais da região Sul em foco. *Corpoconsciência*, Cuiabá, v. 26, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/12717>

MOREIRA, N. C.; PAVERCHI, S. R. Dossiê "Educação, política e gênero (Metas para cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS ONU-2030)". *Ambivalências*, Aracaju, v. 7, n. 2, 2023. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/Ambivalencias/article/download/19936/14785>

OLIVEIRA, Vanusa Batista de. A avaliação escolar no Brasil: contexto de desenvolvimento, conceitos, finalidades e legislação. In: DERING, Renato de Oliveira (org.). *Estudos sobre ensino, língua e literatura: teoria e metodologias*. Goiânia, GO: Instituto Dering Educacional, 2023, p. 35-57.

PAIVA, C. Concepções de gestores de educação especial sobre a interseccionalidade nas políticas locais de educação inclusiva. *Revista RIMA*, Seropédica, v. 5, 2024. Disponível em: <https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/19199>

PEREIRA, B. S. S. Interseccionalidade de raça, classe, gênero e deficiência: dialogando sobre as condições sociais de desenvolvimento de mães e alunos com síndrome congênita do Zika vírus. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/18785>

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; LOUZADA DOS SANTOS, Pollyne; BRANÃO, Dayane Amaro; TUAO, Josefina Maria. Podcasts como ferramenta de ensino para alunos do século XXI. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva (Org.). Tecnologia e inclusão: ferramentas e práticas para um mundo digital acessível. São Paulo: Arché, 2024, p. 24-33. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.978-65-6054-108-5-1>.

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; PICOLI, Alessandro; PEDRA, Rodrigo Rodrigues; SILVA, Cristó Viana. A revolução dos recursos multimídia na educação a distância: integração, interatividade e inovação. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva (Org.). Tecnologia e inclusão: ferramentas e práticas para um mundo digital acessível. São Paulo: Arché, 2024, p. 34-45. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.978-65-6054-108-5-2>.

SILVEIRA, V. T.; MARANI, V. H. Educação física e diversidade na Revista Corpoconsciência: apontamentos a partir de gênero, raça/etnia e deficiência. Corpoconsciência, Cuiabá, v. 28, 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/17976>